

Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas
Empresas do Estado
de São Paulo -
SEBRAE - SP

**Informações contábeis
intermediárias
em 31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatórios sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP ("Entidade") em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 9 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alberto Spilborghs Neto'.

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.075	23.840	Benefícios a empregados	9	4.406	3.660
Contas a receber	5.1	5.758	4.701	Obrigações tributárias	10	1.845	2.942
Numerários vinculados a convênios e programas	5.2	95	101	Obrigações com convênios e contratos	11	63	59
Adiantamentos concedidos	5.3	1.166	4.274	Contas a pagar a fornecedores e outros	12	19.038	14.641
Transações de convênios a executar	5.4	3.691	2.034	Provisão sobre folha de pagamento	13	18.770	21.542
Outros créditos	5.5	2.837	2.569	Obrigações com o Sistema SEBRAE	16.1	210	11.518
				Total do passivo circulante		44.332	54.362
Total do ativo circulante		16.622	37.519	Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	14.1	1.921	2.077
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal	14.2	22.392	21.574
				Total do passivo não circulante		24.313	23.651
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	14.2	13.621	13.330	Superávit acumulado		381.813	293.203
Fundos de investimentos	6.2	3.087	2.833	Ajustes de avaliações patrimoniais		30.652	30.755
Aplicações financeiras	6.1	394.406	349.230	Superávit do período		32.543	88.507
Bens não de uso	7	9.703	-	Total do patrimônio líquido	15	445.008	412.465
Imobilizado	8	72.454	83.463				
Intangível	8.1	3.760	4.103				
Total do ativo não circulante		497.031	452.959				
Total do ativo		513.653	490.478	Total do passivo e do patrimônio líquido		513.653	490.478

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de Resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
Receitas operacionais		117.598	112.677
Contribuição social ordinária (CSO)	17.1	107.980	103.376
Contribuição social do Nacional (CSN)	17.1	920	910
Receita de empresas beneficiadas	17.2	7.870	6.837
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	17.3	63	-
Outras receitas operacionais	17.4	765	1.554
Despesas operacionais		(97.897)	(103.531)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.5	(55.281)	(48.823)
Serviços profissionais e contratados	17.6	(23.062)	(29.490)
Custos e despesas de operacionalização	17.7	(12.995)	(18.041)
Encargos diversos	17.8	(3.070)	(2.503)
Despesas com provisões	17.9	(1.613)	(2.420)
Depreciação e amortização	17.10	(1.867)	(2.061)
Outras despesas operacionais	17.11	(9)	(193)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		19.701	9.146
Resultado financeiro líquido	17.12	12.842	8.288
Superávit do período		32.543	17.434

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Superávit do período	<u>32.543</u>	<u>17.434</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>32.543</u></u>	<u><u>17.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	230.740	31.166	62.051	323.957
Absorção do superávit do período	62.051	-	(62.051)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103	(103)	-	-
Superávit do período	-	-	17.434	17.434
Saldo em 31 de março de 2015	292.894	31.063	17.434	341.391
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Absorção do superávit do período	88.507	-	(88.507)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103	(103)	-	-
Superávit do período	-	-	32.543	32.543
Saldo em 31 de março de 2016	381.813	30.652	32.543	445.008

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	01/01/2016 a 31/03/2016	01/01/2015 a 31/03/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	32.543	17.434
Ajustes:		
Depreciação e amortização	1.867	2.061
Baixa do ativo imobilizado	9	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	818	886
Provisão para perda em fundos de investimento	(254)	(480)
Provisão de férias e encargos	(2.772)	(4.785)
	<u>32.211</u>	<u>15.116</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Contas a receber	(1.057)	(966)
Adiantamentos concedidos	3.108	4.756
Numerários vinculados a convênios e programas	6	(69)
Transações de convênios a executar	(1.657)	(284)
Créditos com o Sistema SEBRAE	-	10
Depósitos judiciais	(291)	(96)
Outros créditos	(269)	(188)
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	(351)	1.361
Contas a pagar a fornecedores e outros	4.397	(4.631)
Obrigações com convênios e contratos	4	70
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(11.308)	(80)
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(156)	-
	<u>24.637</u>	<u>14.999</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
	<u>24.637</u>	<u>14.999</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(226)	(1.225)
Adições/Baixas ao ativo intangível	-	(625)
Aplicações financeiras (adições)	(77.684)	(91.070)
Aplicações financeiras (resgates)	32.508	60.875
	<u>(45.402)</u>	<u>(32.045)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
	<u>(45.402)</u>	<u>(32.045)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.765)</u>	<u>(17.046)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	23.840	52.354
Caixa e equivalente de caixa no final do período	<u>3.075</u>	<u>35.308</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.765)</u>	<u>(17.046)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 A entidade e suas operações

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, instituída com o objetivo primordial de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15º, §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18º, IV) para manutenção de sua imunidade tributária:

- a.** Aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.
- b.** Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- c.** Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- d.** Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ) em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

- e. Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- f. Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio do repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit técnico apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovada pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Administração da Entidade aprovou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 05/05/2016.

2.1 Usos de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e explicita premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 8), provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 14.2) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós emprego (Nota Explicativa nº 19). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 dezembro 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras conforme demonstrado abaixo:

escrição	31/03/2016	31/12/2015
Caixa	134	134
Banco conta movimento	2.941	4.610
Aplicações financeiras (*)	-	19.096
Total	<u>3.075</u>	<u>23.840</u>

(*) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários, emitidos pela Caixa Econômica Federal, podendo ser resgatados em um prazo inferior a 90 dias, sem penalizar a remuneração. A remuneração é baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os recursos são classificados como caixa e equivalentes de caixa pois são necessários e utilizados para o cumprimento dos compromissos de curto prazo da Entidade.

A ausência de saldo na rubrica de aplicações financeiras se refere ao esgotamento de operações em CDB/DI de curto prazo, devido a estratégia de alongamento do prazo da carteira.

5 Contas a receber

Trata-se de valores a receber provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultoria, feiras, valores de adiantamentos a funcionários, cauções de aluguel imóveis e valores a apropriar de benefícios aos funcionários.

5.1 Contas a receber

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Contas a Receber	<u>5.758</u>	<u>4.701</u>
Total	<u><u>5.758</u></u>	<u><u>4.701</u></u>

O acréscimo na rubrica “Contas a Receber” se refere à aumento nas vendas a prazo decorrentes da prestação de serviços a empresas beneficiadas.

5.2 Numerários vinculados a convênios e programas

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Contas correntes	20	6
Aplicações financeiras	<u>75</u>	<u>95</u>
Total	<u><u>95</u></u>	<u><u>101</u></u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do **SEBRAE-SP**, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SP. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios.

Os recursos aplicados se referem aos convênios firmados com as empresas Gerdau e Nestlé.

5.3 Adiantamentos concedidos

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamentos Concedidos	<u>1.166</u>	<u>4.274</u>
Total	<u><u>1.166</u></u>	<u><u>4.274</u></u>

O decréscimo ocorreu principalmente devido à liquidação ocorrida em Fevereiro de 2016 do adiantamento realizado em 2015 ao Parque Anhembi no valor de R\$ 1.269 referente à locação do pavilhão para a realização da Feira do Empreendedor, além das liquidações referentes à ações de mídia, crachás e materiais promocionais da feira no valor de R\$ 1.139.

5.4 Transações de convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Liberações de convênios	5.169	3.512
(-) Execuções de convênios	<u>(1.478)</u>	<u>(1.478)</u>
Total	<u>3.691</u>	<u>2.034</u>

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados.

5.5 Outros créditos

O grupo é formado por depósitos cauções, despesas pagas antecipadamente e por créditos diversos, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Depósitos Restit. e Valores Vinculados	1.121	966
Reembolso de Juros e Multa	450	434
Benefícios a Funcionários	967	915
Despesas Pagas Antecipadamente	<u>299</u>	<u>254</u>
Total	<u>2.837</u>	<u>2.569</u>

O aumento na rubrica “Depósitos Restit. e Valores Vinculados” se refere ao depósito caução para reserva do pavilhão Anhembi e realização da Feira do Empreendedor 2016.

6 Outros créditos realizáveis

Os recursos aplicados são derivados do excedente do fluxo de caixa, sendo que a administração decidiu pelo resgate a longo prazo com a finalidade de obter um rendimento líquido maior devido à redução da alíquota do imposto de renda.

6.1 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/03/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	CDB	335.707	292.175
Banco do Brasil S.A.	CDB	<u>58.699</u>	<u>57.055</u>
Total		<u>394.406</u>	<u>349.230</u>

A taxa média das operações de longo prazo é de 101,00% do percentual do CDI. O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

O aumento do saldo destas operações é decorrente da estratégia de alongamento do prazo da carteira de aplicações financeiras, com o benefício de obter menores alíquotas de IRRF.

6.2 Fundos de investimentos

Descrição	Administrador	31/03/2016	31/12/2015
Returning Entrepreneur Investment Fund (FM IEE)	DGF Invest. Gestão de Fundos Ltda.	1.500	1.500
Provisão para desvalorização (FM IEE)		(437)	(435)
Fundo de Inovação Paulista - FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	2.643	2.329
Provisão para desvalorização (FIP)		(619)	(561)
Total		<u>3.087</u>	<u>2.833</u>

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos.

Returning Entrepreneur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209.

A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

7 Bens não de uso

Refere-se a bens que por decisão administrativa não são utilizados nas atividades operacionais da entidade.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Terreno	8.856	-
Edificação	847	-
Total	<u>9.703</u>	<u>-</u>

O saldo em 2016 se refere ao imóvel localizado na Rua 24 de Maio, adquirido pelo SEBRAE-SP em março de 2010.

8 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Veículos e acessórios	Total do ativo imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	36.456	35.050	-	7.223	7.164	18.571	8.650	6.440	119.554
Adições	-	-	4	21	5	190	5	-	225
Baixas	(1.144)	(8.856)	-	(4)	-	(14)	-	-	(10.018)
Saldo em 31 de março de 2016	35.312	26.194	4	7.240	7.169	18.747	8.655	6.440	109.761
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.310)	-	-	(3.287)	(3.462)	(9.384)	(4.791)	(4.857)	(36.091)
Depreciação no período	(159)	-	-	(160)	(159)	(774)	(137)	(134)	(1.523)
Baixa	297	-	-	3	-	7	-	-	307
Saldo em 31 de março de 2016	(10.172)	-	-	(3.444)	(3.621)	(10.151)	(4.928)	(4.991)	(37.307)
Em 31 de dezembro de 2015	26.146	35.050	-	3.936	3.702	9.187	3.859	1.583	83.463
Em 31 de março de 2016	25.140	26.194	4	3.796	3.548	8.596	3.727	1.449	72.454

As principais variações no período foram as seguintes:

O saldo em “Obras em andamento” se refere à contratação de empresa especializada para implantação, licenciamento, operação e manutenção, na sede, de poço artesiano tubular para consumo humano.

- O acréscimo em “Máquinas e equipamentos” ocorreu devido à aquisição de cinco equipamentos de ar condicionado para o Escritório Regional de Bauru.
- O acréscimo em “ Móveis e utensílios” ocorreu devido à aquisição de três mesas de jogos no valor de R\$ 2 para a sala de atividades culturais e recreativas da Escola de Negócios. Além disso, houve aquisição de mesas para os Escritórios Regionais no valor de R\$ 3.
- O aumento em “Equipamentos de informática” ocorreu devido à aquisição câmeras de videoconferência e microfones para os Escritórios Regionais.
- O acréscimo em “Instalações” se refere à montagem e instalação de uma porta de aço com acionamento elétrico no edifício próprio da Rua José Getúlio.
- As baixas em “Edificações” e “Terrenos” ocorreram devido à não utilização do imóvel próprio localizado na Rua 24 de Maio e reclassificação para o grupo contábil “Bens não de uso”.

As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

Com relação à rubrica de edificações, passamos a seguir a apresentar o histórico da sua ocorrência:

O edifício localizado na Rua 24 de Maio, n.º 30/32 - Centro - São Paulo, foi adquirido pelo SEBRAE-SP por R\$ 10.000 em março/2010. Posteriormente à compra, o SEBRAE-SP tomou conhecimento que o imóvel está situado em área de “utilidade pública”, conforme consta no Decreto nº 49.806, de 24 de julho de 2008, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em 26 de junho de 2012 o SEBRAE-SP foi notificado pelo Departamento de Desapropriações da Prefeitura de São Paulo, para vistoria do imóvel situado na Rua 24 de Maio, nº 30/32 em continuidade às providências expropriatórias. Em 25 de agosto de 2012, a Prefeitura autorizou ao SEBRAE-SP a retirada de cópias do processo nº 2012-0.209.945-5, referente ao imóvel supracitado, contendo laudo de avaliação administrativa da própria Prefeitura Municipal de São Paulo, datado de 6 de agosto de 2012, no qual define seu valor de avaliação administrativa em R\$ 5.953.

Em decorrência, o SEBRAE-SP ajustou o valor do referido imóvel registrado em conta do imobilizado pelo valor de R\$ 5.953, após o lançamento de impairment, observando o pronunciamento contábil CPC - 01.

Porém em 24 de julho de 2013, ocorreu a caducidade do Decreto Municipal nº 49.806 de 24 de julho de 2008 e o prazo de carência que impossibilitava a expedição de novo decreto expropriatório pelo Poder Público encerrou-se em julho de 2014. Assim, perde a validade igualmente a perícia provisória realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo no processo administrativo nº 2012-0.209.945-5. Em outubro de 2014 houve a contratação de perito para a avaliação do imóvel, cujo valor justo foi avaliado em R\$ 14.200. Em virtude da caducidade do decreto, da invalidade da perícia e do resultado da avaliação, foi realizada a reversão do impairment no valor de R\$ 3.911 em outubro de 2014 retornando o bem ao seu valor de aquisição original.

Em março de 2016 houve a reclassificação do imóvel para o grupo contábil “Bens não de uso”, devido à não utilização do bem nas atividades operacionais da empresa.

8.1 Intangível

	<i>Softwares</i>	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.328	7.328
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	7.328	7.328
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.225)	(3.225)
Amortização no período	(343)	(343)
Saldo em 31 de março de 2016	(3.568)	(3.568)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2015	4.103	4.103
Em 31 de março de 2016	3.760	3.760

As variações se referem ao registro das amortizações do período.

9 Benefícios a empregados

Refere-se a saldos a pagar decorrentes de benefícios aos seus empregados:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Remuneração a pagar	50	8
Encargos sociais a recolher	3.518	3.649
Consignações da folha de pagamento	838	3
Total	4.406	3.660

A variação em “Consignações da folha de pagamento” se refere principalmente ao saldo a pagar de sinistralidade da Unimed Seguros, além da provisão de taxa negocial e contribuição sindical.

10 Obrigações tributárias

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
IRRF s/ salários a recolher	1.290	2.141
IRRF s/ serviços a recolher	75	123
ISS s/ serviços a recolher	136	76
INSS retido s/ serviços a recolher	132	154
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	119	280
Pis a recolher	93	168
Total	1.845	2.942

As variações em “IRRF sobre salários a recolher” e “Pis a recolher” se referem aos encargos de 13º salário provisionados em dezembro de 2015.

11 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se aos saldos dos convênios firmados com outras entidades, sujeitos a comprovação.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Recursos recebidos	355	322
Rendimentos financeiros	10	7
Pagamentos	(301)	(269)
Desp. Financeira/Tributária	(1)	(1)
Total	63	59

Os valores a comprovar se referem a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios, utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes são apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções. Os valores se referem aos convênios firmados com a Gerdau e a Nestlé, a serem executados ou devolvidos no encerramento do convênio.

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A rubrica refere-se, substancialmente, ao registro de obrigações sobre a compra de materiais gerais e prestação de serviços para manutenção dos custos de operacionalização da Entidade, como consultorias, treinamentos e repasses às entidades conveniadas.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores	13.101	7.731
Sebraetec	36	36
Soluções Tecnológicas	2.935	3.201
Adiantamento de clientes	1.975	2.643
Cauções e dep. p/ licitações	327	370
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	41	37
Total	<u>19.038</u>	<u>14.641</u>

O principal motivo do acréscimo na rubrica “Fornecedores” se refere a provisões relacionadas à Feira do Empreendedor realizadas em fevereiro de 2016 no valor de R\$ 3.577, além de provisão de despesas de telefonia no total de R\$ 536 que até o mês de março não haviam sido liquidadas.

O saldo na rubrica “Soluções tecnológicas” se refere à provisão do novo produto de consultoria tecnológica oferecido pela empresa (SEBRAE INOVA).

A redução em “Adiantamento de clientes” se refere à apropriações de receitas ocorridas no primeiro trimestre de 2016.

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços foi de R\$ 3.115, e esta sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

13 Provisão sobre folha de pagamento

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Provisão de férias e encargos	15.760	16.051
Provisão de 13º salário e encargos	3.010	-
Provisão s/ remuneração variável	-	5.491
Total	<u>18.770</u>	<u>21.542</u>

A variação na rubrica “Provisão de 13º salário e encargos” se refere ao registro da provisão acumulada de janeiro a março de 2016, sendo que em 31/12/2015 não há registro devido à liquidação financeira ter sido realizada integralmente naquele mês.

A provisão sobre remuneração variável do ano de 2015 foi paga aos funcionários ativos no mês de março de 2016.

14 Outras obrigações - não circulante

14.1 Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 12. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	1.921	2.077
Total	<u>1.921</u>	<u>2.077</u>

14.2 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e obrigação legal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal, assim como os respectivos depósitos judiciais estavam apresentados da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão		Líquido	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	1/12/2015
Riscos trabalhistas	1.169	1.132	7.231	6.766	6.062	5.634
Riscos cíveis	31	31	522	497	491	466
Obrigação legal	<u>12.421</u>	<u>12.167</u>	<u>14.639</u>	<u>14.311</u>	<u>2.218</u>	<u>2.144</u>
Total	<u>13.621</u>	<u>13.330</u>	<u>22.392</u>	<u>21.574</u>	<u>8.771</u>	<u>8.244</u>
			Trabalhistas	Cíveis	Obrigação legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>6.766</u>	<u>497</u>	<u>14.311</u>	<u>21.574</u>	
(+) Complemento de provisão		847	-	328	1.175	
(+) Atualização monetária		123	25	-	148	
(-) Reversão/baixa de provisão		<u>(505)</u>	<u>(-)</u>	<u>(-)</u>	<u>(505)</u>	
Saldo em 31 de março de 2016		<u>7.231</u>	<u>522</u>	<u>14.639</u>	<u>22.392</u>	

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 847 devido à alteração da probabilidade de perda de sete processos judiciais no total de R\$ 838 e alteração do valor da causa de um processo no total de R\$ 9. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 308 referente à baixa de dois processos e de R\$ 197 referente à alteração do valor da causa de dois processos judiciais. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 328 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passariam a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permaneciam inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidiriam sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data seriam integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberiam tratamento híbrido: até a data de corte os valores seriam corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

Obrigação legal

As obrigações legais estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos. Os assessores jurídicos da Entidade julgam como possível a probabilidade de êxito da referida demanda judicial, existindo depósito judicial para os valores em questionamento.

Esses processos são provenientes de ações de execução fiscal ingressadas pela Prefeitura de São Paulo buscando o recebimento dos valores de IPTU dos imóveis próprios da entidade, a partir do ano de competência 2000. A tese elaborada em defesa, através de embargos à execução, cabe exclusivamente à Unidade Jurídica.

Contingências de riscos de perda “Possíveis” (não provisionadas)

Em 31 de março de 2016, a Entidade possuía em andamento outros processos de naturezas trabalhista e cível, que foram considerados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, nos valores aproximados de R\$ 4.761 (natureza trabalhista) e R\$ 7.093 (natureza cível). A posição em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.712 (natureza trabalhista) e R\$ 6.875 (natureza cível). A Administração da Entidade, em atendimento ao CPC 25, não constituiu provisão desses valores.

15 Patrimônio líquido

É composto substancialmente de superávit acumulado, superávit do período e ajuste de avaliação patrimonial.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Superávit acumulado	381.813	293.203
Superávit do período	32.543	88.507
Ajuste de avaliação patrimonial	30.652	30.755
Total	<u>445.008</u>	<u>412.465</u>

Superávit acumulado

A variação refere-se ao resultado apurado no exercício anterior que foi absorvido pelo Patrimônio Social.

Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente.

Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos. Sua realização ocorre na medida da realização dos bens de origem, via depreciação, alienação ou baixa.

A variação da rubrica refere-se basicamente à absorção do superávit de 2015 ao patrimônio social.

16 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal-chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, às transferências de recursos realizadas entre o SEBRAE-SP e o SEBRAE-NA, e estão apresentadas conforme os quadros abaixo:

16.1 Obrigações com o Sistema Sebrae

Passivo	31/03/2016	31/12/2015
Contribuição social nacional - CSN a comprovar	<u>210</u>	<u>11.518</u>
Total	<u>210</u>	<u>11.518</u>

O saldo na rubrica “Contribuição social nacional - CSN a comprovar” se refere aos recursos recebidos para subsidiar projetos a serem comprovados ao SEBRAE Nacional. O saldo de R\$ 11.518 em dezembro de 2015 foi devolvido através de desconto efetuado na Contribuição Social Ordinária do mês de fevereiro de 2016. O saldo em março de 2016 é justificado pelo recebimento de R\$ 10 para subsidiar a cerimônia do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios e de R\$ 200 para a semana do MEI.

Descrição	2016	2015
Receitas de contribuição social		
Contribuição social ordinária	107.980	103.376
Contribuição social nacional	<u>920</u>	<u>910</u>
Total	<u><u>108.900</u></u>	<u><u>104.286</u></u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

Empréstimos para Diretores:

A entidade não concede empréstimos a diretores e outros dirigentes.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência estatutária do Conselho Deliberativo Nacional e do Conselho Deliberativo Estadual a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva que, nos períodos findos em 31/03/2016 e 31/03/2015 foram:

Remuneração do pessoal-chave da administração	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração	703	687
Benefícios	<u>62</u>	<u>44</u>
Total	<u><u>765</u></u>	<u><u>731</u></u>

As transações com o Fundo de Pensão ocorridas até março de 2016 estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19.

17 Desdobramento dos principais itens da demonstração de resultados

17.1 Contribuições sociais

A Entidade recebe recursos conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País, cujo repasse é efetuado pelo INSS.

Descrição	2016	2015
Receitas de contribuição social		
Contribuição social ordinária	107.980	103.376
Contribuição social nacional	<u>920</u>	<u>910</u>
Total	<u><u>108.900</u></u>	<u><u>104.286</u></u>

Na conta “Contribuição social ordinária” são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/SP.

Em 2016, o acréscimo de R\$ 4.604 é decorrente do aumento na receita prevista e distribuída mensalmente pelo SEBRAE Nacional, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O acréscimo de R\$ 10 em “Contribuição Social Nacional” é devido ao aumento no valor do repasse mensal.

17.2 Receitas de empresas beneficiadas

Descrição	2016	2015
Receitas de empresas beneficiadas		
Treinamento	589	321
Consultoria	901	737
Feiras	2.216	1.859
Palestras	28	46
Empretec	755	1.005
Missões empresariais	738	997
Cotas de patrocínios	2.529	1.652
Outras receitas de emp. beneficiadas	114	220
Total	7.870	6.837

O acréscimo em receitas de empresas beneficiadas ocorreu principalmente devido ao recebimento de cotas de patrocínio da Feira do Empreendedor realizada em fevereiro de 2016. Houve acréscimo na rubrica “Feiras” decorrente do evento Couromoda e da locação de espaço para instalação da praça de alimentação na Feira do Empreendedor. Ocorreu aumento em receitas de treinamento e consultoria.

17.3 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Descrição	2016	2015
Receitas de convênio, subvenções e auxílios financeiros		
Receitas de convênios com parceiros	63	-
Total	63	-

Em 2015, a receita se refere à execução de recursos vinculados ao convênio com a Gerdau, firmado junto aos Escritórios Regionais Grande ABC e Alto Tietê.

17.4 Outras receitas operacionais

Descrição	2016	2015
Outras receitas operacionais		
Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária	156	-
Devoluções de convênios	25	7
Penalidade a fornecedores	19	23
Reversão provisão Sebraetec	-	17
Descontos recebidos	34	22
Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista	528	575
Receita de reversão de provisão de outras contingências	-	866
Outras receitas	3	44
Subtotal	765	1.554

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

A “Receita de reversão de provisão de outras contingências” em 2015 ocorreu devido à alteração de probabilidade de perda de processos fiscais no primeiro trimestre.

17.5 Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2016	2015
Salários e proventos	(25.215)	(23.244)
13º salário	(2.295)	(2.118)
Férias	(3.827)	(3.746)
Indenizações trabalhistas	(497)	(1.247)
Encargos trabalhistas	(9.553)	(8.883)
Benefícios sociais	<u>(13.894)</u>	<u>(9.585)</u>
Total	<u>(55.281)</u>	<u>(48.823)</u>

Em janeiro de 2016, houve reajuste na remuneração de todos os colaboradores em 6%, estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

O principal motivo do acréscimo em “Benefícios sociais” se refere ao aumento de despesas com sinistralidade do Seguro Saúde Unimed. Em 2016 o total de despesa com sinistralidade é de R\$ 5.602 e em 2015 R\$ 1.988. Houve também acréscimo nas despesas com auxílio alimentação no total de R\$ 446.

17.6 Serviços profissionais e contratados

Descrição	2016	2015
Instrutoria e consultoria	(1.629)	(1.241)
Serviços técnicos especializados	(1.656)	(9.869)
Manutenção, segurança e limpeza	(2.872)	(3.636)
Despesas com clipping de notícias	(801)	(801)
Locação de mão-de-obra	(3.932)	(4.019)
Estagiários	(849)	(454)
Organização e promoção de eventos	(10.563)	(8.792)
Contrato de patrocínio	(69)	(194)
Menor aprendiz	(182)	(235)
Outros serviços contratados	(509)	(237)
INSS s/ serviços de terceiros	<u>(-)</u>	<u>(12)</u>
Total	<u>(23.062)</u>	<u>(29.490)</u>

O acréscimo na rubrica “Instrutoria e consultoria” se refere às ações do Programa de Soluções Tecnológicas INOVA.

Os principais motivos do decréscimo em “Serviços técnicos especializados” se referem à redução de R\$ 5.049 com estudos, pesquisas e análises técnicas, R\$ 1.038 com desenvolvimento e manutenção de softwares próprios, R\$ 988 com assessoria de imprensa, R\$ 384 com capacitação e treinamento de pessoal, R\$ 384 com produção e edição de materiais audiovisuais e R\$ 224 com manutenção e suporte técnico em softwares de terceiros.

Na rubrica “Manutenção, segurança e limpeza”, houve decréscimo de R\$ 524 nos serviços de vigilância, de R\$ 125 nas despesas com limpeza e conservação e de R\$ 86 nas despesas com manutenção de equipamentos diversos.

Houve acréscimo nas despesas com estagiários relacionado à bolsa auxílio e plano de saúde.

O principal motivo do acréscimo no valor de R\$ 1.771 em “Organização e promoção de eventos” se refere ao aumento das despesas com a realização da Feira do Empreendedor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Houve redução de R\$ 125 nas despesas com cotas de patrocínio.

Em “Outros serviços contratados”, o acréscimo se refere a despesas com serviços de logística para fins de armazenamento, manuseio e distribuição de materiais, suprimentos e produtos.

17.7 Custos e despesas com operacionalização

Descrição	2016	2015
Despesa com viagens	(2.169)	(3.814)
Despesa com aluguéis e encargos	(5.794)	(6.569)
Despesa com anúncios, publicidade e propaganda	(969)	(1.131)
Despesa com serviços gráficos e reprodução	(811)	(1.892)
Despesa com serviço de comunicação	(1.163)	(2.428)
Despesa com material de consumo	(599)	(755)
Demais custos e despesas gerais	(1.490)	(1.452)
Total	<u>(12.995)</u>	<u>(18.041)</u>

Na rubrica “Despesa com viagens”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais. Em janeiro de 2015, houve redução nas despesas relacionadas à missão empresarial no exterior, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em “Despesas com aluguéis e encargos” houve uma redução de R\$ 376 com despesas de aluguéis de espaços em feiras, de R\$ 313 com locação de veículos e R\$ 116 com aluguéis de imóveis dos Escritórios Regionais, devido a renegociações com os locadores.

Em “Anúncios, publicidade e propaganda” houve uma redução de R\$ 162 referente à prestação de serviços de veiculação de programas e campanhas publicitárias das ações do Sebrae-SP, que tem o objetivo estratégico de captar clientes por todo o Estado de São Paulo. Destacam-se campanhas realizadas através de internet, onde a redução foi de R\$ 125 em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve redução de R\$ 233 nas despesas com produção de anúncios. Em contrapartida, houve aumento nas despesas com campanhas realizadas através de rádio no total de R\$ 208.

O decréscimo em “Serviços gráficos e reprodução” se refere à diminuição no valor de R\$ 1.055 das despesas com impressão e editoração gráfica.

No grupo “Serviços de comunicação” houve redução de R\$ 819 nas despesas com correios, além do decréscimo de R\$ 156 nas despesas com serviço de transmissão de dados em rede e de R\$ 150 em despesas com telefonia fixa.

Em “Material de consumo” houve decréscimo nas despesas com materiais de manutenção e reparos no total de R\$ 153.

17.8 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	2016	2015
IPVA	(37)	(38)
IPTU/ITBI	(514)	(461)
IR sobre aplicações financeiras	(2.201)	(1.632)
IOF	(-)	(24)
Pis	(302)	(275)
Taxas	(16)	(73)
Total	(3.070)	(2.503)

A variação em “IPTU/ITBI” se refere ao aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano.

A variação de R\$ 569 em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido ao aumento no valor das aplicações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nas despesas com contribuições para o Programa de Integração Social incidente sobre as remunerações dos funcionários, houve variação de R\$ 27 devido aos reajustes ocorridos na folha de pagamento.

17.9 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	2016	2015
Prov. p/ riscos fiscais e outras contingências	(1.613)	(2.312)
Prov. p/ perdas diversas	(-)	(22)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	(-)	(86)
Total	(1.613)	(2.420)

A variação na rubrica “provisão para riscos fiscais e outras contingências” se refere ao registro de provisão referente aos valores de IPTU não pagos dos exercícios de 2014 e 2015, realizado no primeiro trimestre de 2015, de acordo com os saldos constantes nos demonstrativos unificados do contribuinte. No primeiro trimestre de 2015, houve registro de provisão nas ações

cíveis no valor de R\$ 377, referente à alteração da probabilidade de perda de um processo, além de complemento de provisão referente ao IPTU dos imóveis próprios nas obrigações legais maior do que no primeiro trimestre de 2016.

17.10 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	2016	2015
Depreciação de bens imóveis	(158)	(163)
Depreciação de bens móveis	(1.365)	(1.494)
Amortização intangível	<u>(344)</u>	<u>(404)</u>
Total	<u>(1.867)</u>	<u>(2.061)</u>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

17.11 Outras despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Convênios executados	(-)	(193)
Custo na baixa do ativo imobilizado	<u>(9)</u>	<u>(-)</u>
Total	<u>(9)</u>	<u>(193)</u>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios.

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

17.12 Resultado financeiro líquido

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, decorrentes das alocações dos recursos da Entidade em aplicações financeiras e fundos de investimento, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos próprios	12.841	1.977
Outros rendimentos de aplicações	<u>-</u>	<u>6.468</u>
Total	<u>12.841</u>	<u>8.445</u>
Despesas financeiras		

Descrição	2016	2015
Despesas financeiras	(62)	(61)
Despesas desval. cotas de fundos empresas emergentes	(60)	(143)
Total	<u>(122)</u>	<u>(204)</u>
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas / passivas	123	47
Total	<u>123</u>	<u>47</u>
Resultado financeiro líquido	<u>12.842</u>	<u>8.288</u>

O acréscimo dos rendimentos é decorrente do aumento do valor médio de recursos mantidos em aplicações financeiras no período, além do aumento das taxas de juros praticadas.

18 Gerenciamento de riscos

a. Considerações gerais

Quando aplicável, a Entidade determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixas futuros. A esse respeito, as estimativas de valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

b. Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
(i) Caixa e equivalentes a caixa	3.075	23.840
(i) Fundos de investimentos	3.087	2.833
(ii) Aplicações financeiras (Longo prazo)	394.406	349.230
(iii) Contas a receber	5.758	4.701
Passivos financeiros		
(iv) Benefícios a empregados	4.406	3.660
(iv) Obrigações tributárias	1.845	2.942
(iv) Obrigações com convênios e contratos	63	59
(iv) Fornecedores	19.038	14.641
(iv) Provisão sobre folha de pagamento	18.770	21.542
(iv) Obrigações com o Sistema SEBRAE	210	11.518
(iv) Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	1.921	2.077

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros:

- (i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Ativo financeiro mantido até o vencimento
- (iii) Empréstimos e recebíveis
- (iv) Outros passivos financeiros

A Administração da Entidade entende que os instrumentos financeiros classificados na categoria ativo financeiro mantidos até o vencimento, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos conforme quadro abaixo:

	Valor Contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras de longo prazo	394.406	395.700
Total das aplicações financeiras	394.406	395.700

c. Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade decorre preponderantemente de disponibilidades de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos financeiros.

A Entidade aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. e fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

Abaixo, seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros.

	31/03/2016 Valor Contábil	31/12/2015 Valor Contábil
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes a caixa	3.075	23.840
Aplicações financeiras	394.406	349.230
Numerários vinc. convênios/programas	95	101
Contas a receber	5.758	4.701
Outros créditos	2.837	2.569
Fundos mútuos de investimentos	3.087	2.833
Total de ativos financeiros	409.258	383.274

A Entidade possui ainda a participação em fundo de investimento financeiro que possui lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

Os Fundos de Aplicação em Empresas Emergentes são regulados pela Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Os projetos ou programas destinados a facilitar o acesso ao crédito poderão ser efetivados pela aquisição ou integralização de cotas de Fundos Mútuos de Investimentos no capital de empresas emergentes que destinem à capitalização das micro e pequenas empresas, principalmente as de base tecnológica e as exportadoras. A participação do SEBRAE na integralização de cotas de fundos mútuos de investimentos não poderá ser superior a 50% do total das cotas desses mesmos fundos.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo atualizado do fundo está representado como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Fundos em empresas emergentes	4.143	3.829
(-) Provisão para ajuste a valor de mercado	<u>(1.056)</u>	<u>(996)</u>
Total	<u>3.087</u>	<u>2.833</u>

d. Risco de mercado

O risco de mercado surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, indexados a índice de correção e moeda estrangeira. São os riscos que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro correrão, em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), índices de correção e taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores (outro risco de preço).

O SEBRAE/SP concentra sua carteira de aplicações financeiras em operações de CDB pós-fixados em DI, aplicados em instituições bancárias oficiais: Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Nas operações cuja taxa de juros é pós-fixado, a remuneração é conhecida posteriormente à aplicação, de acordo com a variação do indexador do produto e, ainda, o percentual contratado no momento da aplicação.

O indexador utilizado pelo SEBRAE/SP em suas operações de CDB é o CDI, Certificado de Depósito Interbancário, negociado exclusivamente entre bancos, que assinala aos investidores o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essas transações são realizadas por meio eletrônico entre as instituições envolvidas e registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A taxa média diária do CDI é empregada como referência para o custo do dinheiro e acompanham o comportamento da taxa SELIC (Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

As taxas de juros que remuneram as operações de CDB pós-fixados do SEBRAE/SP no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis são próximos aos de mercado.

O SEBRAE/SP não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas de gestão de riscos definidas em sua política de investimentos.

Considerando que as operações financeiras do SEBRAE/SP podem ser consideradas *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI que acompanha as oscilações de mercado, a administração considera que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Empresa.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos exigíveis da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos exigíveis	Valor em 31/03/2016	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Benef. empregados/Obrig. tribut.	6.251	6.251	-
Obrig. com conv. e contratos	63	63	-
Contas a pagar fornec. e outros	19.038	19.038	-
Provisão s/ folha de pagamento	18.770	18.770	-
Obrig. com o Sistema SEBRAE	210	210	-
Adiant. s/ vendas dos direitos de administração	1.921	-	1.921
Prov. p/ riscos cíveis, trab. e obrig. legal	22.392	-	22.392
Total	68.645	44.332	24.313

Os recursos estão sendo mantidos no longo prazo, com o benefício da redução de alíquota de IRRF, sem prejuízos à manutenção do caixa, devido ao recebimento mensal dos repasses da Contribuição Social Ordinária realizados pelo Sebrae/NA, que cobrem o saldo do fluxo de pagamentos exigíveis no passivo circulante.

f. Risco de câmbio

A Entidade não está sujeita ao risco de câmbio, pois não possui operações em moeda estrangeira.

19 Benefícios pós-emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. Neste mesmo exercício, foi aprovada a adesão SEBRAE - NA, ABASE e 17 unidades estaduais do sistema SEBRAE: SEBRAE - AC, SEBAE - AL, SEBRAE - AM, SEBRAE - AP, SEBRAE - BA, SEBRAE - DF, SEBRAE - GO, SEBRAE - MA, SEBRAE - PA, SEBRAE - PB, SEBRAE - PI, SEBRAE - RN, SEBRAE - RO, SEBRAE - RR, SEBRAE - SE, SEBRAE - SP e SEBRAE - TO. No exercício de 2005 ocorreu a adesão de 8 unidades do sistema, SEBRAE - RJ, SEBRAE - MT, SEBRAE - MS, SEBRAE - CE, SEBRAE - ES, SEBRAE - MG, SEBRAE - PR e SEBRAE - SC.

O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento.

As obrigações do plano são as seguintes:

- O custeio do benefício de risco é responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são:

- (i) Quanto aos Participantes Patrocinados, Participantes Mandatários, Autopatrocinados e sem Remuneração em Autoprocínio:
 - (a) Aposentadoria Antecipada;
 - (b) Aposentadoria Normal; e
 - (c) Aposentadoria por Invalidez.
- (ii) Quanto aos Beneficiários:
 - (a) Pensão por Morte.

Os Benefícios serão pagos aos Participantes ou aos Beneficiários que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no regulamento Sebraeprev.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são classificados em:

- (i) Benefício Programado, assim entendido a Aposentadoria Normal e a Aposentadoria Antecipada;
- (ii) Benefícios de Riscos, assim entendidos a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte.

Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:

- A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.
- A contribuição básica do SEBRAE - NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE Nacional) o aporte inicial do Serviço Passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV, denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do Participante, em valor idêntico ao da contribuição do Participante.

O Plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado. As principais premissas do plano estão demonstradas nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Para o período de 31 de março de 2016, não ocorreram mudanças significativas nas premissas atuariais no Plano SEBRAEPREV e outras variáveis que pudessem afetar de forma relevante o resultado atuarial.

Os custos com aposentadoria para planos de contribuição definida em março de 2016 foram de R\$ 1.034 (R\$ 988 em março de 2015).